

TOLERÂNCIA À CORRUPÇÃO EM DEMOCRACIAS LATINAS

Thaysa Viana Almeida de Lieberenz¹

Viviani Silva Lirio²

Felippe Clemente³

Luís Macedo Pinto de Sousa⁴

RESUMO

A corrupção é uma conduta - ou prática - que se desvia das expectativas padronizadas no desempenho das funções do poder confiado. O que é ou não percebido como corrupção varia entre os indivíduos, no espaço e no tempo. Sempre haverá um certo grau de permissividade em relação à corrupção na sociedade, com alguns deles sendo mais propensos a justificar práticas corruptas do que outros. Esse trabalho concentra-se em compreender os elementos que condicionam a tolerância à corrupção, em nível individual, nas democracias latino-americanas. Para tanto, calculou-se um modelo probit ordenado, usando dados do Latinobarômetro de 2016. Os resultados indicam que mulheres, em média, são mais propensas a ter menor tolerância à corrupção do que os homens; que indivíduos com menor nível de escolaridade têm maior probabilidade de serem mais tolerantes à corrupção; e que níveis mais elevados de prática religiosa tendem a estar associados a atitudes mais duras em relação à corrupção. Os resultados também evidenciam que os funcionários das empresas privadas têm maior probabilidade de serem mais tolerantes do que os de empresas públicas. No que se refere à percepção da extensão da corrupção, os indivíduos que acreditam que a corrupção aumentou ou aumentou muito no ano de 2020, tendem a ser menos tolerantes à corrupção e que aqueles que estão mais satisfeitos com a democracia mostram uma tendência menor de tolerar a corrupção. Confiar em muitas instituições governamentais nacionais também está associado a uma menor tolerância à corrupção. Este estudo fornece evidências relevantes sobre os determinantes individuais da tolerância à corrupção nas democracias da América Latina e, portanto, nos ajuda a compreender por que a corrupção é mais resistente em algumas sociedades do que em outras.

Palavras-chave: Tolerância à corrupção. Latinobarômetro. *Probit* ordenado.

ABSTRACT

Corruption is conduct or practice that deviates from standard expectations in performing duties of the entrusted power. What is and is not perceived as corruption varies among individuals in space and time. There will always be a certain degree of permissiveness regarding corruption in society, with some of them being more likely to justify corrupt practices than others. This article focuses on the determinants of tolerance towards corruption at the individual level in Latin American democracies. In pursuit of this goal, we have calculated an ordered probit model using data from the 2016 latinobarometer. The analysis model suggests that woman, in general, are more likely to have a lower tolerance towards corruption than man; that less-educated individuals are more likely to be more tolerant of corruption; and that higher levels of religious practice tend to be associated with tougher attitudes towards corruption. The results also show that employees of private companies are more likely to be more tolerant. Concerning the perceptions of the extent of corruption in the country over the past year, people who believe that corruption has increased or increased significantly in this period tend to be less tolerant of corruption. Those who are more satisfied with democracy are less likely to

¹ Doutoranda em Economia Aplicada - Universidade Federal de Viçosa (UFV)- tahysa.lieberenz@ufv.br

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada - Universidade Federal de Viçosa (UFV)- vslirio@ufv.br

³ Pesquisador do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) – Portugal – felippe.clemente@ics.ulisboa.pt

⁴ Pesquisador Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) – Portugal – luis.sousa@ics.ulisboa.pt

tolerate corruption. Trusting many national government institutions is associated with lower tolerance towards corruption. This study provides relevant evidence on the individual-level determinants of tolerance towards corruption in Latin American democracies and, as a result, helps us understand why corruption is more resistant in some societies than in others.

Key words: Tolerance towards corruption. Latinobarometer. Ordered *Probit*.

1 INTRODUÇÃO

A corrupção, em suas diferentes faces, não é um fenômeno recente. Em todos os sistemas políticos, culturais e períodos temporais, a corrupção esteve presente e continua se fazendo notar (JOHNSTON, 1996; SANTOS, 2017). Os desafios da corrupção se desdobram em muitas atitudes e condutas diferentes, com consequências diretas e indiretas de variada gravidade, cujo entendimento e quantificação exigem, daqueles que se debruçam sobre seu entendimento, cada vez maior capacidade analítica e percepção integrada.

A corrupção, por seu caráter infracional, oculto e muitas vezes diluído no próprio sistema administrativo e político, é de difícil identificação e análise, não havendo, nesse âmbito, um conceito único que defina corrupção. Apesar desse obstáculo, pode-se identificar alguns elementos comuns nas conceituações, como o fato de sempre ocorrer a partir de uma relação social, ilegítima e invisível, estabelecida entre dois negociantes com a finalidade de obter, ilícitamente, recursos para atividades privadas (JEPPESSEN, 2018). Ressalta-se, portanto, que a presente pesquisa opta por utilizar a forma mais abrangente de corrupção, proposta por Johnston (2005), que conceitua a corrupção como o abuso de funções ou recursos públicos para benefício privado e que cria bases não apenas para uma compreensão da corrupção, mas dos mecanismos capazes de favorecer sua existência e dos instrumentos que auxiliam a resistir à corrupção.

Assim como há desafios em definir, também há dificuldades em se mensurar a corrupção, pois não existem estatísticas oficiais sobre o número de casos ou de volume de recursos envolvidos. Para isso, na impossibilidade de utilização de medidas diretas, recorre às medidas indiretas.

Dentre essas medidas indiretas, destacam-se duas: a ‘percepção da corrupção’ e a ‘tolerância à corrupção’. A primeira pode ser entendida como o grau de incidência ou extensão da corrupção no sistema político, na sociedade, ou em um determinado setor ou organização. A segunda, por sua vez, denota a predisposição dos indivíduos para aceitar comportamentos desviantes dos padrões éticos ou expectativas que regem os cargos de autoridade delegada (CHANG; KERR, 2016). Em outras palavras, a tolerância à corrupção é a predisposição do indivíduo para aceitar comportamentos que são contrastantes com os valores da pessoa. É a antinomia entre as normas morais e a prática social (FILGUEIRAS, 2009).

A maior parte da literatura sobre a percepção da corrupção utiliza como referência o Índice de Percepção da Corrupção⁵ (IPC), elaborado pela Transparência Internacional⁶, já existindo literatura consolidada sobre esta conduta social. Por outro lado, a tolerância à corrupção não recebeu, ainda, a mesma importância no desenvolvimento das pesquisas. De modo que, embora a análise da corrupção - e da sua tolerância -, tenha ganhado corpo nas últimas décadas, para a América Latina essas pesquisas ainda são incipientes.

⁵ O IPC é realizado anualmente desde 1995 e avalia 180 países e territórios e os atribui notas em uma escala entre 0 e 10. Zero quando o país é percebido como altamente corrupto e 10, quando o país é percebido como muito honesto.

⁶ A Transparência Internacional é uma organização sem fins lucrativos que atua no combate à corrupção e às atividades criminosas ligadas a atos corruptos (TI, 2021).

Nesse contexto, analisar a tolerância à corrupção pode auxiliar a explicar por que é mais provável participar de trocas corruptas do que denunciar a corrupção em alguns grupos sociais e sociedades, em comparação com outros (LAVENA 2013; MALMBERG, 2019). Tal compreensão permitiria, potencialmente, o desenvolvimento de estratégias de intervenção social que facultassem a coesão social no enfrentamento às práticas de corrupção, o que envolveria mais assertividade e menor tolerância à corrupção.

Além disso, pesquisas recentes afirmam que altos níveis de tolerância à corrupção podem ser deletérios para quaisquer esforços a fim de controlar a corrupção de forma eficiente, pois ao tornar os cidadãos comuns menos propensos a denunciá-la e a tomar uma posição ativa contra a má-fé, eles podem tomar medidas ativas para tentar sabotar as medidas anticorrupção, ridicularizando indivíduos honestos (MALMBERG, 2019).

Ademais, estudos indicam que as políticas anticorrupção podem ter mais sucesso se forem voltadas para a remoção de instituições que induzem à tolerância à corrupção. Por outro lado, é improvável que governos corruptos promovam uma legislação anticorrupção eficaz se os cidadãos forem menos propensos a não eleger políticos corruptos.

Esse ciclo de maior tolerância às práticas de corrupção, apoio ou favorecimento a governos corruptos e aumento da incidência e gravidade da própria corrupção, cria um ambiente de esgarçamento do regramento social sobre práticas desviantes, favorecendo a piora gradativa da lisura nas práticas sociais e contribuindo para desdobramentos perversos para a sociedade, em particular para as populações vulneráveis, nem sempre capazes de perceber tal movimento.

Nesse âmbito, entender o fenômeno da tolerância à corrupção seria preencher uma lacuna e fornecer aos órgãos anticorrupção e aos desenvolvedores de pesquisas sobre o tema, mais evidências sobre a importância de se considerar a questão da tolerância à corrupção ao formular políticas públicas. Em outras palavras, não é suficiente identificar se há muita ou pouca corrupção nas democracias latinas, é também necessário entender as condições em que as pessoas decidem ou não que a corrupção é tolerável. Assim, o objetivo geral desse artigo é analisar a intensidade e os condicionantes da tolerância à corrupção em democracias da América Latina para o ano de 2016.

Tradicionalmente, a política de enfrentamento à corrupção se concentra na criação de instituições capazes de gerir e, ou, controlar a burocracia, e fortalecer o Estado de Direito; entretanto, a tolerância do cidadão sugere que existe uma base sistêmica e cultural para justificar diferentes modos de corrupção. Nesse sentido, a aceitação de práticas corruptas, expressas pela justificativa de um comportamento desviante ou infrator, aumenta as chances de se perceber a corrupção, prejudicando a sustentabilidade democrática, já que, a corrupção prejudica o princípio da igualdade política própria da democracia, ao obter ou manter poder e benefícios políticos não proporcionais aos que alcançariam por meios legítimos.

Concomitante a isso, a corrupção altera a dimensão republicana da democracia, pois permite que políticas públicas resultem de acordos de bastidores que favorecem interesses espúrios e não da disputa e do debate entre projetos (MOISÉS, 2010).

Assim, espera-se que o conhecimento sobre tolerância à corrupção forneça evidências do que foi proclamado por estudos normativos, experimentais e políticos: que a corrupção pode ser cometida por pessoas que não classificam seus atos como corruptos e que a tolerância à corrupção pode ser vista como uma expressão da extensão da própria corrupção (MACIEL, 2021).

Esse texto está estruturado em 5 seções, além dessa introdução. A primeira seção exhibe as reflexões teóricas que embasa essa pesquisa. A segunda contextualiza o local estudado. A terceira expõe a metodologia utilizada no trabalho e, por fim, são apresentados os resultados e discussões do tema estudado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento socioeconômico, estado democrático e tolerância à corrupção

O conceito econômico de interesse próprio e a tendência de pegar carona são amplamente considerados a base cognitiva do comportamento corrupto (ROSE-ACKERMAN e PALIFKA 2016). Tradicionalmente, a Ciência Econômica considera os humanos como seres racionais, tendo por base a construção teórica do *homo economicus* e uma consequência dessa visão é o problema do carona (*free rider*). Pegar carona pode ser entendido como o efeito do comportamento racional no qual um agente econômico, pertencente a um grupo ou perfil, acaba usufruindo de determinado benefício, porém sem ter feito proporcional ou alguma contribuição (custo) para obter esse benefício (STIGLER, 1974).

Argumenta-se que atores corruptos possuem grande semelhança com os *free rider*, pois acredita-se que estarão desfrutando dos frutos do trabalho independente de sua própria contribuição, graças à contribuição da maioria das outras pessoas. No entanto, se uma pessoa calcula que seus ganhos particulares com o comportamento corrupto superam os possíveis benefícios de se abster dele, e especialmente se o risco de detecção e possíveis sanções forem minúsculos, haverá uma probabilidade maior de se comportar de forma corrupta devido à sua fé na continuação do status quo (MALMBERG, 2019).

Como mencionado anteriormente, as pesquisas sociais tendem a mostrar que existem indivíduos que parecem ter níveis mais elevados de tolerância em relação a um comportamento que, geralmente, é considerado contrário aos princípios amplamente reconhecidos de moral e ética, e que existem bases mais amplas de aceitação em algumas sociedades em comparação com outras. Essa diferença nos níveis de tolerância à corrupção encontra embasamento em diferentes teorias.

Tolerar a corrupção possui um componente histórico, com predomínio do patrimonialismo, em que não há distinção entre a administração pública e a privada, de modo que os governantes manipulam o erário público, sobrepondo-se às leis vigentes. Dessa forma, haveria uma anuência da sociedade, que naturalizaria e legitimaria a corrupção, sendo aceita como traço do caráter do país, uma “tradição estamental” (FILGUEIRAS, 2008, p.4).

Também é possível que aceitar atitudes em relação à corrupção resulte de percepções da inevitabilidade do sistema. De acordo com este argumento, a tolerância em relação à corrupção emerge das tentativas dos indivíduos de chegar a um acordo com o inevitável. É plausível esperar que os cidadãos socializados em países altamente corruptos - onde o comportamento corrupto não é apenas frequente, mas também livre de punição legal - podem desenvolver um sentimento de impotência que, em última análise, dá lugar a uma resignação geral e à aceitação de comportamentos corruptos. Isto posto, a disposição de tolerar o comportamento corrupto é provavelmente moldada pelas percepções de quanto socialmente aceitável é essa tolerância entre os indivíduos (PAVÃO, 2019).

Outro fator que influencia na tolerância à corrupção é o nível de incerteza ao lidar com funcionários públicos, medido pela confiança nas instituições políticas. Quando as condições existentes determinam que os objetivos ou os resultados esperados não são garantidos ao lidar com funcionários públicos, os cidadãos estão mais predispostos a empregar meios que são imorais ou legalmente repreensíveis. Nesse sentido, a tolerância à corrupção estaria associada a baixos níveis de confiança institucional (MORRIS e KLESNER 2010). Estudos indicam que indivíduos com menos educação e renda tendem a ser mais tolerantes a práticas de favoritismo e não as consideram corruptas, (REDLAWSK e McCANN 2005; MORICONI e CARVALHO, 2016). No entanto, pessoas mais ricas tendem a pagar mais subornos, possivelmente porque têm mais meios, motivos e oportunidades para oferecê-los (HUNT, 2007).

Assim, com base no exposto espera-se que mulheres, cidadãos empregados e menos jovens sejam menos tolerantes à corrupção. E também, acredita-se que indivíduos que confiam

mais das instituições nacionais e internacionais e cidadãos que acreditam e se sentem satisfeitos com a democracia toleram menos a corrupção. Além disso, presume-se que indivíduos que possuem uma maior percepção da corrupção, que possuem ideologias mais radicais e que possuem a liberdade como pilar com sejam mais tolerantes a ela.

2.2 O que se sabe sobre a tolerância à corrupção?

A questão da tolerância tem sido apresentada como fundamental para captar a própria natureza da corrupção, embora poucas tentativas de avaliá-la com eficácia tenham sido encontradas até agora. Há evidências suficientes de que a tolerância a corrupção varia de acordo com um conjunto de indicadores individuais e socioculturais, tais como idade (MACIEL, 2019), renda (RIBEIRO e MACHADO, 2020); escolaridade (ALMEIDA, 2007); desigualdade social (MORICONI e CARVALHO, 2016; YAN e WEN; 2020) e qualidade da democracia (TANZI, 1998).

Ainda assim, o conhecimento sobre tolerância à corrupção não está consolidado, e mesmo que haja poucas tentativas de avaliá-la, essas têm sido fundamental para captar a natureza da corrupção.

Maciel (2021), a partir de dados do European Values Study (EVS) e o Special Eurobarometer (EB) no período de 2017-2019, em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na Europa, encontrou que jovens e homens com educação superior estavam mais dispostos a justificar a corrupção.

A partir de dados do Índice de Percepção da Corrupção e do European Social Survey (ESS), Erlingsson e Kristinsson (2018) observaram como se comporta a tolerância à corrupção na Islândia e na Suécia. Foi identificado que há variações leves, mas não desprezíveis, na tolerância à corrupção. Além disso, foi percebido também que as variações na tolerância à corrupção estão significativamente relacionadas aos níveis reais de corrupção do país e que o grupo mais tolerante a diversos tipos de corrupção é o público em geral e, por fim, que funcionários públicos tendem a ser um pouco menos tolerantes do que, por exemplo, políticos e cidadãos.

Usando dados de nível individual para as variáveis dependentes, variáveis independentes e variáveis de controle do World Values Survey de 2004, Zakaria (2018) testou se práticas religiosas, linguagem e religiosidade podem prever a tolerância individual à corrupção, a partir de um modelo de Regressão Logística Ordenada. Como resultado, o autor encontrou que religiões que creem em um Deus benevolente e perdoador estão associadas a uma maior tolerância para o comportamento corrupto. Entretanto, se há instabilidade econômica, para devotos dessas mesmas religiões a corrupção se torna menos tolerável.

No que tange à América Latina, Lavena (2013), em uma tentativa de compreender os determinantes da tolerância à corrupção entre os cidadãos latino-americanos, construiu um índice para tal, a partir de dados da Pesquisa de Valores Mundiais de 2005–2007. Os resultados sugerem que a tolerância varia de acordo com o país e está associada à idade, educação, etnia, valores culturais e confiança nas organizações públicas.

Fox (2019), utilizou questionários aplicados no México e na Polônia e encontrou que os cidadãos de ambos os países são bastante intolerantes com ações imorais, como suborno, fraude eleitoral e favoritismo - e com a corrupção em geral. Apesar das diferenças nos níveis de corrupção em ambos os países, tornou-se visível que os níveis de tolerância à corrupção são bastante semelhantes na Polônia e no México. Além disso, a autora verificou, em ambos os países, que os cidadãos das áreas urbanas, que são casados ou estão em relacionamento, não são religiosos, têm pouca confiança no seu governo e o consideram antidemocrático e estão dispostos a agir contra a corrupção geralmente, são menos tolerantes com a corrupção.

Bonifácio e Fucks (2017), utilizando dados do Latino barômetro, pesquisaram a relação entre corrupção e participação política na América Latina, por meio de três grupos de países

que se encontram em baixa, média e alta posição no ranking de experiência com corrupção; Chile e Uruguai, Costa Rica e Nicarágua e México e Peru. Como resultado, encontraram que indivíduos que tiveram contato com a corrupção são mais suscetíveis a tolerá-la, em todos os grupos.

Porém, conforme apontado, o conhecimento sobre medições, determinantes e tipos de tolerância à corrupção na América Latina é pouco desenvolvido. Avaliar a tolerância à corrupção, poderia lançar luz às discrepâncias existentes e teriam potencial para sugerir políticas públicas mais eficientes.

Perceber e analisar essas relações existentes é importante, pois fornece informações sobre o tema, contribuindo com a literatura ao mesmo tempo em que possibilita aos países pertencentes à América Latina avançar no combate à corrupção.

3 PANOMARAMA DA CORRUPÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A América Latina é formada por trinta e três países⁷ e sua classificação considera uma série de características, dentre essas, a colonização por países de línguas de origem latina, como Portugal, França e Espanha (SANTOS, 2020). Em 2020, possuía uma população de mais de 665 milhões de pessoas e um PIB de 4 423 710 milhões de dólares (CEPAL, 2021).

Com o propósito de auxiliar numa melhor compreensão sobre a tolerância à corrupção da América Latina, optou-se, nesse trabalho, por se fazer uma discussão sobre os casos de corrupção nos países da região.

Sendo assim, sabe-se que a corrupção é um grande problema na América Latina, desde sua colonização, e tem ameaçado até a legitimidade dos regimes políticos. O mercantilismo espanhol e português nas Américas é particularmente ilustrativo do caráter histórico da corrupção em países latinos. As necessidades financeiras de Portugal e da Espanha, com uma elite pequena e descompromissada de colonos promoveram uma abordagem altamente extrativista do domínio colonial e um conjunto altamente estratificado de sociedades. O resultado foi um sistema corporativo que gerou dependência e cooperação. (WARF; STEWART, 2016).

A emergência de normas jurídicas autônomas foi minada pelo clientelismo, e tal regra tênue gerou considerável atividade econômica ilícita. Além disso, o ambiente político após a independência preparou o terreno para um legado de clientelismo, corrupção, personalismo e regime autoritário (WARF; STEWART, 2016).

Com a redemocratização da região a partir de 1980, vários casos de corrupção vieram à tona, no Brasil, Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito democraticamente após a ditadura, foi perdendo prestígio popular e seu governo recebeu um volume crescente de acusações de corrupção, deixando-o sem condições de comandar politicamente o país. Em 1992, Collor foi acusado de associação em esquema de corrupção, foi afastado do cargo e teve seu mandato cassado pelo Legislativo.

Além de Collor, em 2016, a então presidente, Dilma Rousseff, sofreu *impeachment* por crime de responsabilidade. O mandato da presidente já vinha sofrendo constantes ataques em razão do desenrolar das investigações da operação “lava jato”. Essa operação é um caso da Polícia Federal que apura um gigantesco escândalo de corrupção envolvendo uma quantidade sem precedentes de recursos públicos desviados a partir de contratos governamentais superfaturados por meio e facilitados pela empresa pública Petrobras. Essa operação explícita

⁷ São 12 países da América do Sul, 07 da América Central e 14 do Caribe. Em ordem alfabética: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Grenadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

a extensão e leva a muitas outras formas de corrupção que infectam o setor público brasileiro (NISHIJIMA et al., 2019).

A operação “lava jato” se estendeu para outros países latino americanos também, no Peru, por exemplo, houve denúncias de propinas entregues pela empresa brasileira Odebrecht em troca de prêmios de obras públicas. Esses subornos envolveram muitos dos atores políticos mais visíveis (ex-presidentes, autoridades regionais e locais, grandes empresários, entre outros). No final de 2017, até o presidente Pedro Pablo Kuczynski foi acusado de ter recebido dinheiro da Odebrecht quando era ministro de Estado do presidente Alejandro Toledo (DAMMERT; SARMIENTO, 2019).

Outro desdobramento da lava jato atingiu a empresa estatal de petróleo mexicana, PEMEX. Há denúncias de que o então diretor da PEMEX, Emilio Lozoya Austin, braço direito do então presidente, Enrique Peña Nieto, solicitou um pagamento de US\$ 5 milhões às subsidiárias mexicanas da Odebrecht em troca de contratos de construção. Além disso, a empresa brasileira Odebrecht também esteve no centro de escândalos de corrupção na Colômbia, Argentina, Guatemala, Equador, Peru, Venezuela, Panamá e República Dominicana.

Já na Argentina, desde as eleições presidenciais de 2015 que encerraram 12 anos de “kirchnerismo”⁸, vem passando por um processo de ativismo judicial contra a corrupção. O sócio dos Kirchners, o empresário Lázaro Báez, foi preso por lavagem de dinheiro (supostamente do produto da corrupção). Além disso, quatro outros altos funcionários foram presos sob acusações de corrupção, incluindo o ex-ministro do Planejamento, Julio de Vido, e o vice-presidente de Cristina, Amado Boudou. O ex-secretário de Obras Públicas, José López, foi preso em meio a um escândalo cinematográfico: a polícia o encontrou às três da manhã tentando esconder malas com quase US\$ 9 milhões em um mosteiro cujo bispo (recentemente falecido) tinha ligações estreitas com altos funcionários para as administrações dos Kirchner (VOLOSIN, 2019).

A estas somam-se denúncias de largo porte em outros países como a Guatemala, cujo presidente Otto Pérez Molina, em 2015, renunciou após a revelação de um esquema de propina em troca de isenção de imposto de importação, Chile, onde, em 2015, o filho da presidente Michelle Bachelet, Sebastián Dávalos foi acusado de tráfico de influências para favorecer sua esposa em um negócio de especulação imobiliária e Peru, em que escândalos de corrupção atingiram todos os seis presidentes que comandaram o país nas últimas três décadas. Alberto Fujimori está na cadeia. Outros dois, Ollanta Humala e Pedro Paulo Kuczynski, cumprem prisão domiciliar. Alejandro Toledo foi solto sob fiança e vive nos EUA. E Alan García cometeu suicídio quando a política foi prendê-lo, no ano passado.

Apesar de sua longa tradição na América Latina, a corrupção só tem sido um tema de destaque, desde que os regimes políticos da região começaram a se democratizar na década de 1980. Assim, a série de casos de corrupção que varre a região desde a década de 1990 não indica necessariamente que a corrupção aumentou, mas pode refletir o aumento da conscientização pública, redução da tolerância e elevação dos controles em regimes políticos democráticos (CASAS-ZAMORA E CARTER 2017).

4 METODOLOGIA

As informações utilizadas nesse estudo são provenientes dos microdados do Latinobarômetro. Para fins de comparação, 17⁹ democracias da América Latina serão usadas para realizar os modelos estatísticos. O universo temporal escolhido foi o ano de 2016, pois são

⁸ A administração Kirchner na Argentina começou em 2003 com o mandato do falecido marido de Cristina, Néstor Kirchner. Prosseguiu com a eleição da então primeira-dama em 2007 – a primeira mulher eleita na Argentina – e sua reeleição em 2011.

⁹ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai

os dados mais recentes que se encontram disponíveis. Além disso, a década de 2010 foi marcada por intensas denúncias de corrupção na América Latina.

4.1 Escolha das variáveis dependente e independentes

Nesse estudo, propõe-se, como medida de tolerância à corrupção, as declarações dos indivíduos em situações relacionadas à corrupção no Latinobarômetro (Tabela 1). A utilização dessas perguntas como *proxy* para tolerância à corrupção se apoia na passividade do indivíduo, pois, quando esse se omite e acredita, que, de alguma forma, há um preço pelo qual a corrupção possa ser tolerada, indica que o comportamento corrupto possa ser aceitável.

Tabela 1: Definição da variável dependente a ser utilizada no modelo.

Pergunta Original	Codificação
O preço por algum grau de corrupção pode ser pago, desde que os problemas do país estejam resolvidos.	Repostas possíveis 1- Discordo muito 2- Discordo 3- Concordo 4- Concordo muito

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Latinobarômetro, 2021.

A tolerância à corrupção, nessa pesquisa, é explicada por uma sequência de características sociodemográficas e percepções individuais apresentadas em outros estudos de referência (ALMEIDA, 2007; Maciel, 2021; RIBEIRO; MACHADO, 2020); tanto em nível individual quanto em nível macroeconômico (TANZI, 1998; MORICONI; CARVALHO, 2016; YAN; WEN; 2020). A harmonização de dados foi aplicada para tornar as pesquisas comparáveis e resultou na utilização das seguintes variáveis (Tabela 2):

Tabela 2: Variáveis Independentes a serem utilizadas no modelo, fonte e referências de validação.

Variável	Fonte	Referências
Idade em anos	Latinobarômetro	Maciel (2021)
Sexo	Latino barômetro	Bauhr e Charron (2020)
Ideologia política	Latinobarômetro	Lavena (2013)
Satisfação com a democracia	Latinobarômetro	Tanzi (1998)
Compromisso religioso	Latinobarômetro	Zakaria (2018) e Fox (2019)
Inserção internacional	CEPAL / Latinobarômetro	Johnston (2005)
Percepção da Corrupção	Latinobarômetro	Erlingsson e Kristinsson (2018)
Escolaridade	Latinobarômetro	Lavena (2013) e Fox (2019)
Ocupação	Latinobarômetro	Maciel (2021)

Fonte: Resultado da pesquisa

4.2 Modelo Econométrico

O modelo de regressão escolhido para medir a tolerância à corrupção é o *probit* ordenado. Esse modelo é uma eficiente ferramenta para modelar fenômenos cuja variável dependente seja discreta e qualitativa. Além disso, é também, um modelo multinomial, cuja variável dependente assume valores que estabelecem um certo ordenamento dos dados, não de forma linear, mas sim de forma a ranquear os possíveis resultados.

Nesse caso, a variável latente ‘S’ associa números às respostas individuais, da seguinte forma: 1 para “discordo muito”, 2 para “discordo”, 3 para “concordo” e 4 para “concordo muito”.

O modelo *probit* ordenado é uma extensão do modelo *probit* e também é expresso em termos de uma variável latente, digamos, S^* . Como exemplo, o modelo poderia ser expresso por:

$$S = f(X_i, e_i) \quad (1)$$

Sendo S_i uma variável latente e, portanto, não observável, que representa a tolerância à corrupção, que depende de X_i , um vetor de variáveis explicativas da tolerância à corrupção, e de e_i , que são fatores aleatórios que afetam a tolerância à corrupção.

Assim, um modelo geral com variável dependente discreta que toma como resultados valores multinomiais ordenados, $y = 1, 2, \dots, m$, pode ser expresso como:

$$y_i^* = x\beta + e, \quad (2)$$

$$e|x \sim N(0,1) \quad (3)$$

Em que β é um vetor $K \times 1$, e y^* é não observável. De maneira que:

$$y = 0 \text{ se } y^* \leq \mu_1 \quad (4)$$

$$y = j \text{ se } \mu_1 < y^* \leq \mu_{j+1} \text{ para } j = 1, 2, \dots, m - 1 \quad (5)$$

$$y = m \text{ se } \mu_m < y^* \quad (6)$$

Dado o pressuposto que o termo de erro é distribuído normalmente, chega-se às seguintes probabilidades condicionais:

$$P(y = 0|x) = \phi(\mu_1 - x\beta) \quad (7)$$

$$P(y = j|x) = \phi(\mu_{j+1} - x\beta) - \phi(\mu_j - x\beta), \text{ para } j = 1, 2, \dots, m - 1 \quad (8)$$

$$P(y = m|x) = 1 - \phi(\mu_m - x\beta) \quad (9)$$

Em que $\phi(\cdot)$ é a função distribuição normal padrão. No caso de $j=1$, tem-se um modelo *probit* binário. Os parâmetros μ e β são parâmetros desconhecidos que podem ser estimados por máxima verossimilhança. Para cada i , a função log-verossimilhança é:

$$l_i = [y_i = 0] \log[\phi(\mu_1 - x_i\beta)] + [y_i = 1] \log[\phi(\mu_2 - x_i\beta) - \phi(\mu_1 - x_i\beta)] + \dots + [y_i = m] \log[1 - \phi(\mu_m - x_i\beta)] \quad (10)$$

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos a partir da estimação de um modelo *probit* ordenado e estão compilados na Tabela 5. O ajustamento do modelo foi verificado com os testes da estatística de *Wald*, e obteve-se como resultado que as variáveis são conjuntamente significativas, com probabilidade caudal de nulidade conjunta dos parâmetros igual a 0% para todos os modelos. O teste LR rejeita a hipótese de que o modelo restrito é igual ao modelo completo para todos os modelos. Além disso, foi rejeitada a hipótese nula de que o número de respostas observadas é igual ao número estimado.

Esses resultados demonstram que a maioria dos coeficientes foram significativos a 1% e que as variáveis dummies de funcionário público, informalidade, ideologias de esquerda e de centro, além das variáveis de liberdade e confiança internacional deram não significativas. Além disso, ser mulher, assalariado de empresa privada, confiar em instituições governamentais nacionais está associado a uma menor tolerância em relação à corrupção.

Por outro lado, ser praticante de alguma religião, estar satisfeito com a democracia e possuir escala ideológica política de direita, está relacionado a uma menor tolerância à

corrupção. Os valores dos coeficientes na Tabela 5 não podem ser interpretados como uma influência quantitativa sobre a tolerância à corrupção, uma vez que sua relação não é linear. Para realizar inferências das variáveis independentes sobre a dependente, foram calculados os efeitos marginais, que se encontram nas tabelas 6, 7 e 8.

Tabela 3: Coeficientes estimados para tolerância à corrupção em 2016.

VARIABLES	(1) TaC1
edadw	-0.00532*** (0.000791)
publico	-0.0676 (0.0477)
privado	-0.0822** (0.0360)
informal	-0.0346 (0.0284)
2.sexo	-0.0501** (0.0251)
1.religiw	0.0836*** (0.0241)
1.sat_demo	0.170*** (0.0264)
liberdade	0.0171 (0.0240)
1.corrup	-0.0931*** (0.0338)
conf_nac	-0.0240*** (0.00803)
conf_intern	-0.00920 (0.00897)
escolaridadew	-0.0271*** (0.00303)
1.direita	0.184*** (0.0343)
1.esquerda	-0.0512 (0.0664)
1.centro	-0.0165 (0.0276)
/cut1	-1.492*** (0.0672)
/cut2	-0.315*** (0.0658)
/cut3	1.043*** (0.0672)
Observations	8,255

Desvio-padrão em parênteses
 *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
 Fonte: Resultados da pesquisa

As tabelas 6, 7 e 8 mostram a média do efeito marginal das variáveis para as categorias de tolerância à corrupção. Analisando os resultados obtidos, pode-se verificar que, a partir da tabela 6, o aumento de um ano de idade eleva a probabilidade do indivíduo ser pouco tolerante em aproximadamente 0,13%. Também se observa que, a cada 1 ano na idade a mais, reduz-se a probabilidade de o indivíduo ser tolerante à corrupção em 0,14%. Esses resultados encontram suporte na literatura, em estudos como os de Torgler e Valev (2006), Lavena (2013) e Maciel (2021), que também encontraram uma relação inversa entre idade e tolerância à corrupção.)

Tabela 4: Efeitos Marginais para tolerância à corrupção: características socioeconômicas.

Variáveis explicativas	(1)	(2)	(3)	(4)
	Nível de tolerância à corrupção			
	Muito Intolerante	Intolerante	Pouco Intolerante	Tolerante
Idade	0,001294*** (0,00020)	0,000752*** (0,00010)	-0,01382*** (0,0009)	-0,0066*** (0,000098)
Sexo	0,12184* (0,00641)	0,00710* (0,0005)	0,01301* (0,00624)	0,00627* (0,00303)
Escolaridade	0,00797*** (0,00082)	0,00355*** (0,00038)	-0,0077638*** (0,00079)	-0,0376*** (0,0004)
Compromisso Religioso	-0,0204* (0,00613)	-0,01179* (0,00274)	0,0218* (0,0060)	0,0140* (0,00290)
Funcionário Emp. Privada	0,02000*** (0,0094)	0,01164*** (0,00443)	-0,02135*** (0,00968)	0,0102*** (0,00469)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Erros padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Além disso, ser mulher reduz a probabilidade de o indivíduo ser tolerante à corrupção em 12,6%. Esse resultado encontra respaldo na literatura (Lavena, 2013; Fox, 2019; Maciel, 2021), uma vez que a literatura disponível converge para o entendimento de que as mulheres são menos tolerantes à corrupção do que os homens, pois sugere-se que as mulheres podem ter padrões mais elevados de comportamento ético e estar mais preocupadas com o bem comum.

No que se refere à escolaridade, existe uma literatura substancial que sugere que, quanto maior a escolaridade do indivíduo, menos esse tolera a corrupção (Truex, 2011; Lavena, 2013; Donchev e Ujhelyi, 2014; Fox, 2019; Bauhr e Charron, 2020; Maciel 2021). Nos resultados encontrados nesse estudo, essa relação também é observada.

Trabalhadores assalariados na iniciativa privada possuem maior probabilidade de tolerar a corrupção, como pode ser observado na tabela 7. Para a literatura, estar empregado afeta diretamente o bem-estar das pessoas, de forma que indivíduos desempregados podem ser mais tolerantes à corrupção, desde que os problemas do país sejam resolvidos. Esse resultado também encontra embasamento no estudo de Bauhr e Charron (2020), que encontrou que os trabalhadores do setor privado tendem a tolerar níveis mais elevados de corrupção.

Voltando aos resultados das estimativas, esperava-se que indivíduos com maior religiosidade apresentassem menor tolerância a atos corruptos do que os que não se identificam como religiosos, pois atos corruptos implicam mentira, desonestidade e engano, quebrando assim as regras gerais de conduta aceitas na sociedade. As denominações religiosas concordam com o fato de que esse tipo de comportamento não é desejável e, por isso, a aceitação de atos de corrupção vai contra as normas religiosas. Com base nos coeficientes encontrados (Tabela 6), foi possível validar esse entendimento, pois considerar-se religiosamente praticante ou muito praticante, reduz a probabilidade de a pessoa ser tolerante à corrupção em

aproximadamente, 2,4%. Os estudos de Pop (2012), Zaccaria, (2018) e Fox, (2019) chegaram a resultados semelhantes.

A tabela 7 indica que, em relação à satisfação com a democracia, estar muito satisfeito e bastante satisfeito reduz a probabilidade de ser tolerante à corrupção em 2,9% e 1,3%, respectivamente. Uma possível explicação para isso é que já que a aceitação de práticas corruptas é culturalmente antidemocrática, os cidadãos esperam que as instituições democráticas diminuam as possibilidades de corrupção no governo. Isto é, existe uma tendência de que haja uma relação negativa entre tolerância à corrupção e apoio à democracia (MORENO,2002).

Tabela 5: Efeitos Marginais para tolerância à corrupção: características institucionais.

Variáveis explicativas	(1)	(2)	(3)	(4)
	Nível de tolerância à corrupção			
	Muito Intolerante	Intolerante	Pouco Intolerante	Tolerante
Satisfação com a Democracia	-0,02949*** (0,00764)	-0,01314** (0,00341)	0,02871*** (0,07434)	0,01391*** (0,00361)
Conf. Inst. Nacionais	0,00446** (0,0021)	0,00199** (0,00092)	-0,00434** (0,00201)	-0,00210** (0,00098)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Erros padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

A mesma tendência também é encontrada para a confiança nas instituições tanto nacionais. Estar muito satisfeito com as instituições nacionais diminui a probabilidade de tolerar à corrupção em 0,44%. Os resultados encontrados são consistentes com estudos anteriores, tais como os de Rose-Ackerman (2001), Hunady (2017) e Fox (2019). Uma possível explicação para isso é que a baixa confiança institucional implicaria em percepções de corrupção generalizada, que por sua vez, poderia criar a expectativa de corrupção e alimentar indutivamente o comportamento corrupto, enquanto a própria corrupção confirma e reforça as expectativas das pessoas em relação aos outros (MORRIS; KLESNER, 2010; MALMBERG, 2019).

A Tabela 8 apresenta os coeficientes que pertencem à percepção da corrupção. Indivíduos que acreditam que a corrupção aumentou muito mostram uma tendência menor de tolerar a corrupção (Lavena, 2012; Fox, 2019; Malmberg, 2019; Maciel, 2021). Lavena (2013), em seus estudos, endossa esse resultado.

Tabela 6: Efeitos Marginais para tolerância à corrupção: características de percepção.

Variáveis explicativas	(1)	(2)	(3)	(4)
	Nível de tolerância à corrupção			
	Muito Intolerante	Intolerante	Pouco Tolerante	Tolerante
Percepção da Corrupção	0,02194** (.00789)	0,01411** (0,00353)	-0,0239** (.00767)	-0,01218** (.00374)
Direita	- 0,0421 *** (0,01034)	-0,0296*** (0,00464)	0,0466*** (0,01007)	0,0225*** (0,00491)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: Erros padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Por fim, a tolerância à corrupção se relaciona com o espectro de compreensão e identificação político-ideológica do indivíduo. Como único coeficiente significante, ser de direita aumenta a chance de o indivíduo ser tolerante à corrupção. Apesar da não significância dos resultados para ‘ser de esquerda’ e ‘ser de centro’, os valores de seus coeficientes demonstram que a tolerância à corrupção aumenta conforme se caminha para os extremos da ideologia política teoria corroborada pelos estudos de Rohac et al. (2017); Bauhr e Charron (2020) e Maciel (2021).

Como pode-se perceber, os resultados encontrados nesse estudo estão alinhados com a literatura sobre o tema, sobretudo em países com características equivalentes aos analisados. Cita-se, nesse sentido, principalmente, o trabalho de Lavena (2013), feito para países da América Latina que encontrou a mesma direção para as variáveis de idade, educação, liberdade e ideologia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrupção é um problema social, político e econômico complexo e de grande relevância, sobretudo em países em desenvolvimento como os latino-americanos, à medida que provoca a má alocação dos recursos públicos e a indisponibilidade do serviço público. Assim, a corrupção gera desconfiança pública no governo e enfraquece a capacidade do estado de desempenhar suas funções essenciais. Quanto mais a corrupção interfere nessas funções, mais distorce as políticas e sua implementação. Dependendo de sua difusão, a corrupção afeta alguns ou todos os motores do crescimento potencial e inclusivo, como estabilidade macrofinanceira, investimento público e privado, acumulação de capital humano e produtividade total dos fatores.

Dessa forma, a análise de como os indivíduos toleram a corrupção pode fornecer indícios de como a própria corrupção se comporta, uma vez que altos níveis de tolerância à corrupção podem ser prejudiciais para quaisquer esforços para controlá-la de forma eficiente, pois resulta em cidadãos menos dispostos a denunciar crimes de corrupção e tomar uma atitude mais ativa. Além disso, os indivíduos mais tolerantes ao suborno possuem uma probabilidade maior de apoiar governos corruptos. E é pouco provável que esses governos estimulem alguma legislação contra a corrupção se os cidadãos forem mais tolerantes com políticos corruptos.

Portanto, esse artigo contribui para a literatura relativamente escassa sobre tolerância à corrupção. Isso é feito, por um lado, revisando os argumentos e conclusões e resumindo os resultados de estudos anteriores e, por outro lado, contribuindo com evidências empíricas sobre os potenciais condicionantes da tolerância à corrupção.

Esse estudo empírico teve como objetivo geral analisar os condicionantes da tolerância à corrupção nas democracias da América Latina, em 2016, utilizando um modelo de *probit* ordenado.

Os resultados encontrados são corroborados pela maioria das hipóteses e sugerem que ser mulher, assalariado de empresa privada e confiar em instituições governamentais nacionais está associado a uma menor tolerância em relação à corrupção. Por outro lado, ser praticante de alguma religião, estar satisfeito com a democracia e possuir escala ideológica política de direita, está relacionado a uma menor tolerância à corrupção.

Existem múltiplas possibilidades de continuar este estudo para pesquisas futuras. Seria especialmente interessante continuar a pesquisa anual analisando os dados para diferentes governos, afim de examinar se as mudanças podem ser documentadas nos níveis de tolerância à corrupção dos cidadãos. Isso acrescentaria informações valiosas sobre como um mandato presidencial ou correntes políticas influenciam a opinião pública durante um determinado período de tempo. Além disso, seria valioso coletar dados de mais países, em outros continentes, para estabelecer um projeto de pesquisa em maior escala. Isso daria a oportunidade de adicionar mais camadas a este projeto e, como resultado, estabelecer medidas anticorrupção mais

direcionadas. No entanto, este trabalho pode ser visto como um início para estabelecer medidas anticorrupção a partir de uma abordagem de baixo para cima, ou seja, usando a opinião pública para atingir os cidadãos e motivá-los a se tornarem ativos contra a corrupção política em seu país.

7 REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- Almeida, A. C. (2015). *A cabeça do brasileiro*. Editora Record.
- Bauhr, M., & Charron, N. (2020). Do men and women perceive corruption differently? Gender differences in perception of need and greed corruption. *Politics and Governance*, 8(2), 92-102.
- Bonifácio, R., & Fuks, M. (2017). Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 27-52.
- Casas-Zamora, K., & Carter, M. (2017). Beyond the scandals. *The Changing Context of Corruption in Latin America. (Rule of Law Report, February), The Dialogue. Leadership for the Americas. Inter-American Dialogue*.
- CEPAL, N. (2021). Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2020. Resumo executivo.
- Chang, E. C. & Huang, S.-H. (2016). Corruption experience, corruption tolerance, and institutional trust in East Asian democracies. *Taiwan Journal of Democracy*, 12(1): 27-44.
- Chang, E. C., & Kerr, N. N. (2017). An insider–outsider theory of popular tolerance for corrupt politicians. *Governance*, 30(1), 67-84.
- Clemente, F., de Sousa, L., Rego, R. and Calca, P. (*under review*) ‘Why individuals refuse to report corruption? An inquiry into perception-based definitions of corruption and employment-related factors’.
- Dammert, L., & Sarmiento, K. (2019). Corrupção, crime organizado e governos regionais no Peru. Em *Corrupção na América Latina* (pp. 179-204). Springer, Cham.
- de Sousa, L. & Moriconi, M. (2013) ‘Why voters do not throw the rascals out? - A conceptual framework for analysing electoral punishment of corruption’, *Crime Law and Social Change*, 60: 471–502. DOI 10.1007/s10611-013-9483-5
- Dozier, J.B. and Miceli, M.P. (1985) ‘Potential Predictors of Whistle-Blowing: A Prosocial Behavior Perspective’, *Academy of Management Review*, 10(4): 823–836.
- Dungan, J., Waytz, A. & Young, L. (2014) ‘Corruption in the Context of Moral Trade-offs’, *Journal of Interdisciplinary Economics* 26(1&2): 97–118. DOI: 10.1177/0260107914540832
- Erlingsson, G. Ó., & Kristinsson, G. H. (2019). Exploring shades of corruption tolerance: Tentative lessons from Iceland and Sweden. *Kyiv-Mohyla Law and Politics Journal*, (5), 141-164.
- Filgueiras, F. (2008). *Corrupção, democracia e legitimidade*. Editora UFMG.
- Filgueiras, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, 15, 386-421.
- Fox, R. (2019). Perceptions of Immorality in Governance: An Empirical Study on Citizens’ Tolerance of Political Corruption in Poland and Mexico.
- Hunady, J. (2017). Individual and institutional determinants of corruption in the EU countries: The problem of its tolerance. *Economia Politica*, 34(1), 139-157.
- Hunt, J. (2007). How corruption hits people when they are down. *Journal of Development Economics*, 84(2), 574-589.
- Jeppesen, K. K. (2019). The role of auditing in the fight against corruption. *The British Accounting Review*, 51(5), 100798.
- Johnston, M. (1996). The search for definitions: the vitality of politics and the issue of corruption. *International social science journal*, 48(149), 321-335.

- Johnston, M. (1982). *Political corruption and public policy in America*. Monterey: Brooks/Cole Publishing Company.
- Klašnja, M., Lupu, N., & Tucker, J. (2021). When Do Voters Sanction Corrupt Politicians? *Journal of Experimental Political Science*, 8(2), 161-171. doi:10.1017/XPS.2020.13
- Lavena, C. F. (2013). What determines permissiveness toward corruption? A study of attitudes in Latin America. *Public Integrity*, 15(4), 345-366.
- Gouvêa Maciel, G. (2021). What we (don't) know so far about tolerance towards corruption in European democracies: measurement approaches, determinants, and types. *Social indicators research*, 157(3), 1131-1153.
- Malmberg, F. The Rotting Fish? Institutional Trust, Dysfunctional Contexts, and Corruption Tolerance.
- Moisés, J. Á. (2010). A corrupção afeta a qualidade da democracia. *Em Debate*, 2(5).
- Moreno, A. (2002). Corruption and Democracy: A Cultural Assessment, *Comparative Sociology*, 1(3-4): 495-507. doi: <https://doi.org/10.1163/156913302100418556>
- Moriconi, M., & Carvalho, T. (2016). Social classes and tolerance towards corruption in Portugal: What is the relationship?. *Portuguese Journal of Social Science*, 15(2), 299-318.
- Morris, S. D., & Klesner, J. L. (2010). Corruption and trust: Theoretical considerations and evidence from Mexico. *Comparative political studies*, 43(10), 1258-1285.
- Nishijima, M., Sarti, F. M., & Cati, R. C. (2019). The underlying causes of Brazilian corruption. In *Corruption in latin America* (pp. 29-56). Springer, Cham.
- Pavão, N. (2019). Corruption, courts, and public opinion in Brazil. In *Corruption in Latin America* (pp. 93-107). Springer, Cham.
- Pop, I. (2012). Acceptance of corrupt acts: A comparative study of values regarding corruption in Europe. *Journal of social research & policy*, 3(1), 27.
- Pozsgai Alvarez, J. (2015). Low-Level Corruption Tolerance: An “Action-Based” Approach for Peru and Latin America, in: *Journal of Politics in Latin America*, 7(2): 99–129.
- Redlawsk, D. P., & McCann, J. A. (2005). Popular interpretations of ‘corruption’ and their partisan consequences. *Political Behavior*, 27(3), 261-283.
- Ribeiro, H. M. D., & de Souza Machado, B. (2020). FATORES SOCIOINSTITUCIONAIS E TOLERÂNCIA À CORRUPÇÃO: UMA ANÁLISE APLICADA PARA INDIVÍDUOS. *Revista Estudo & Debate*, 27(2).
- Rohac, D., Kumar, S., & Johansson Heinö, A. (2017). The wisdom of demagogues: Institutions, corruption and support for authoritarian populists. *Economic Affairs*, 37(3), 382-396.
- Rose-Ackerman, S. (2017). Corruption and development. In *International development governance* (pp. 289-303). Routledge.
- Rose, A. S. (1978). CORRUPTION A STUDY IN POLITICAL ECONOMY.
- Rose-Ackerman, S., & Palifka, B. J. (2016). *Corruption and government: Causes, consequences, and reform*. Cambridge university press.
- SANTOS, K. D. A. (2017). *Corrupção e desenvolvimento: revisão da literatura e evidências empíricas preliminares* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Santos, F. S. R. D. (2020). Estado capitalista dependente e práticas de corrupção no Brasil.
- Stigler, G. J. (1974). Free riders and collective action: An appendix to theories of economic regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 359-365.
- Tanzi, V. (1998). Corruption around the world: Causes, consequences, scope, and cures. *Staff papers*, 45(4), 559-594.
- Torgler, B., & Valev, N. T. (2006). Corruption and age. *Journal of bioeconomics*, 8(2), 133-145.
- Volosin, N. A. (2019). *Corruption in Argentina: Towards an Institutional Approach*. Routledge.

- Warf, B., & Stewart, S. (2016). Latin American corruption in geographic perspective. *Journal of Latin American Geography*, 133-155.
- Yan, B., & Wen, B. (2020). Income inequality, corruption and subjective well-being. *Applied Economics*, 52(12), 1311-1326.
- Zakaria, P. (2018). Religiosity and corruption. In *Corruption and norms* (pp. 69-90). Palgrave Macmillan, Cham.